

Matéria Legislativa Projeto de Lei Ordinária - 011/2023

De: Heleni G. - PL-PR-DAP-CE-PL

Para: PL - Plenário

Data: 22/02/2023 às 13:20:42

Setores envolvidos:

PL, PL-PR-DAF-CAJ, PL-PR-DAF-CA, PL-PR-DAP, PL-PR-DAP-CE-PL

PROJETO DE LEI Nº 3.057 - protoc. 145/23

Documento de Origem:

Memorando

Vereadores, segue o Projeto de Lei nº 3.057

—

Heleni Eunice Geraldo
chefia de administração

Anexos:

PLE03057.pdf

PROJETO DE LEI Nº 3.057

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e dá outras providências”

Art. 1º Fica incluído no orçamento vigente do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com as seguintes dotações orçamentárias:

Funcional Programática	Natureza da Despesa	Descrição da Despesa	Fonte Recurso	Valor
01.004.001.15.451.0009.2.050	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	1	3.000.000,00
01.004.001.15.451.0009.1.052	4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1	12.000.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional suplementar autorizado no artigo anterior será custeado por superávit financeiro, conforme preceitua o inciso I do § 1º do art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º Fica modificado o Plano Plurianual-PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias- LDO do exercício de 2023, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Antonio Braz
Prefeito Municipal

Campo Limpo Paulista, 17 de fevereiro de 2023.

MENSAGEM Nº 18

Processo Administrativo nº 1249/2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Proponente: Poder Executivo.

Tramitação:

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação desse Egrégio Legislativo, o incluso Projeto de Lei que “AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)”.

A presente propositura destina-se a solicitar autorização para abertura de crédito suplementar orçamentário para realização de despesas cunho essencial no âmbito da administração municipal, especialmente na área de infraestrutura urbana e serviços.

Informamos ainda que o presente Projeto de Lei tem amparo legal nos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Tratando-se de assunto de relevante interesse para o Município, pedimos o seu acolhimento e solicitamos que a sua tramitação se processe **em regime de urgência** nos termos da Lei Orgânica do Município.

Renovando a Vossa Excelência e Ilustres Pares, protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Luiz Antonio Braz

Prefeito Municipal

De: Heleni G. - PL-PR-DAP-CE-PL

Para: PL-PR-DAF-CAJ - Chefia de Assuntos Jurídicos

Data: 22/02/2023 às 13:21:13

Dra. Sueli, para parecer jurídico.

—

Heleni Eunice Geraldo
chefia de administração

De: Heleni G. - PL-PR-DAP-CE-PL

Para: PL-PR-DAP - Diretoria de Assuntos Parlamentares

Data: 22/02/2023 às 13:21:45

Segue o Projeto para conhecimento.

—

Heleni Eunice Geraldo
chefia de administração

De: Suely V. - PL-PR-DAF-CAJ

Para: PL-PR-DAP-CE-PL - Processo Legislativo

Data: 22/02/2023 às 16:34:19

Segue parecer.

—

Suely Belonci Vellasco

CHEFE DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Anexos:

Parecer_PL_3057.pdf

PROJETO DE LEI Nº 3057

INICIATIVA: PODER EXECUTIVO

Exmo. Presidente,

Exmos. Vereadores:

Relatório

O Exmo. Sr. Prefeito inicia a tramitação do Projeto de Lei que “ Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)) e dá outras providências.”

A Mensagem que o acompanha informa que a “propositura destina-se (...) à realização de despesas de cunho essencial no âmbito da administração municipal, especialmente na área de infraestrutura urbana e serviços.”

O Exmo. Sr. Prefeito requer a aprovação desta matéria em regime de urgência, onde os Srs. Vereadores poderão respeitar o prazo estabelecido pelo Regimento Interno desta Edilidade.

Fundamentação Jurídica

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 24, dispõe sobre as competências concorrentes, onde o inciso I descreve sobre Direito Financeiro:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. “

Nesse sentido, cabe à União editar as normas gerais e aos estados-membros, a suplementação.

Relativamente aos Municípios, de acordo com o artigo 30, incisos I e II, da Lei Maior, compete a eles” **legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.”**

Ainda a Constituição Federal, no seu artigo 166, §8º:

“Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.”

A reprodução deste texto, encontra-se na Constituição do Estado de São Paulo:

“Artigo 175 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, bem como suas emendas, serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

§ 5º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados,

conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.”

A Lei Orgânica do Município de Campo Limpo Paulista, disciplina:

“Art. 13 - Cabe a Câmara com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado nos artigos 14 e 37, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente sobre:

(...)

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;”

No que se refere ao crédito adicional especial, a União, editou a Lei nacional nº 4.320, de 1964, dispondo, artigos 40/46, acerca dos Créditos Adicionais.

Em seu artigo 40, descreve que são créditos adicionais” as autorizações de despesa não computadas ou insuficientes dotadas na Lei de Orçamento, qual seja, despesa não prevista ou que se mostrou maior do que a inicialmente prevista

O artigo 41, II, dispõe que o crédito especial é uma das modalidades de crédito adicional destinada a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

“(…) ou seja, nos casos em que ele se faz presente, houve previsão da despesa no orçamento, mas no curso da execução orçamentária provou-se que a referida previsão seria insuficiente para realizar todas as despesas necessárias. Daí, portanto, a necessidade de aumentar o nível das despesas e reforçar a previsão (dotação) anteriormente aprovada.

De modo diverso, tantos os créditos especiais quanto os extraordinários caracterizam-se pelo fato de as despesas que devem ser autorizadas não estarem, originalmente, computadas no orçamento. A diferença entre eles está, novamente, na motivação da autorização da despesa: os créditos especiais são destinados a atender quaisquer despesas para as quais não haja dotação orçamentária, enquanto os créditos extraordinários são aqueles que devem ser utilizados tão somente para atender despesas urgentes e imprevistas, decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. (...)”

(Piscitelli, Tathiane. Direito Financeiro, 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2018, p.105)

Por outro lado, o Princípio da Legalidade condiciona a abertura de crédito dessa natureza à necessidade de autorização legislativa, nos termos do artigo 167, inciso V da Constituição Federal:

“Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”

O art. 43 da Lei 4.320/64 dispõe sobre essa matéria da forma seguinte:

“Art. 43 A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis (grifo nosso) para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.”

Proposta poderá ainda ser analisada pela área contábil da Câmara, se necessário, para maiores embasamentos técnicos.

Conclusão

Diante do exposto, não se vislumbra óbice à Proposta, uma vez que o respeito ao limite de abertura de créditos orçamentários especiais **é de exclusiva responsabilidade do Executivo Municipal.**

A tramitação deve observar o disposto no Regimento Interno da Câmara e contar com os pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Redação; Finanças, Contas e Orçamento.

A apreciação do mérito cabe ao Plenário.

Para aprovação deste Projeto submetido à apreciação do Plenário, garantido o quórum de abertura da sessão, dependerá do voto favorável da maioria dos membros presentes - maioria simples - observada a presença da maioria absoluta dos Srs. Vereadores desta Casa, de acordo com o art. 12 da Lei Orgânica do Município de Campo Limpo Paulista.

Este é o nosso entendimento, s.m.j.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2023.

Suely Belonci Vellasco
advogada

Matéria Legislativa Projeto de Lei Ordinária - 4- 011/2023

De: Suely V. - PL-PR-DAP-CE-PL

Para: PL - Plenário

Data: 27/02/2023 às 11:00:40

Setores envolvidos:

PL, PL-PR-DAF-CAJ, PL-PR-DAP, PL-PR-DAP-CE-PL

PROJETO DE LEI Nº 3.057 - protoc. 145/23

Bom dia!

Em complemento ao parecer exarado.

—

Suely Belonci Vellasco
CHEFE DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Anexos:

Art_43_justificativa_atraves_de_relatorio.docx



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6EE3-D339-1B01-AD0C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SUELY BELONCI VELLASCO (CPF 773.XXX.XXX-68) em 27/02/2023 11:00:51 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmcampolimpopaulista.1doc.com.br/verificacao/6EE3-D339-1B01-AD0C>

De: Heleni G. - PL-PR-DAP-CE-PL

Para: PL-PR-DAF-CA - Chefia de Administração

Data: 17/07/2024 às 17:53:19

28/02/2023 - Lida a Ementa para conhecimento;

28/02/2023 - às Comissões;

28/02/2023 - aprovado regime de urgência, inclusão do Projeto na Ordem do Dia para discussão e votação únicas;

28/02/2023 - Projeto aprovado em discussão e votação únicas com os pareceres verbais e favoráveis das CJR e CFCO

07/03/2023 - Lei sancionada e promulgada pelo Executivo sob nº 2.567

—

Heleni Eunice Geraldo
chefia de administração

Anexos:

LEI02567.pdf

LEI Nº 2.567 DE 07 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar de R\$.15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e dá outras providências.

LUIZ ANTONIO BRAZ, Prefeito Municipal de Campo Limpo Paulista, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com o aprovado pela Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2023, SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica incluído no orçamento vigente do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com as seguintes dotações orçamentárias:

Funcional Programática	Natureza da Despesa	Descrição da Despesa	Fonte Recurso	Valor
01.004.001.15.451.0009.2.050	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	1	3.000.000,00
01.004.001.15.451.0009.1.052	4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1	12.000.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional suplementar autorizado no artigo anterior será custeado por superávit financeiro, conforme preceitua o inciso I do § 1º do art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º Fica modificado o Plano Plurianual-PPA 2022/2025, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias- LDO do exercício de 2023, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Antonio Braz
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria de Finanças e Gestão de Pessoas desta Prefeitura Municipal aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três.

Fábio Ferreira da Silva
Secretário de Finanças e Gestão de Pessoas